



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO VI

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E A EMPRESA
_____ (em recuperação judicial/extrajudicial quando for o caso).

Contrato nº ____/2.019.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, brasileiro, casado, RG nº 23.157.523-3, CPF/MF nº 260.016.228-33, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____ (em recuperação judicial/extrajudicial), CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – Fornecimento de gás glp em botijões de 13 kg e cilindros de 45 kg destinados à diversas Secretarias desta municipalidade, conforme o edital do PP xxx/2019 e a proposta da contratada.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e ir-reajustável.

2.2 - Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ _____ (_____) referente aos itens nº xxxx do Anexo I.

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da CONTRATADA até a aceitação final por parte da CONTRATANTE.

Cláusula 3ª - DA ENTREGA

3.1 - As entregas serão parceladas e deverão ocorrer no máximo em 01 (uma) hora a cada solicitação, por conta e risco da licitante, a qual deverá atender somente aos pedidos autorizados pelos Secretários (as)/ Diretores (as) de cada área, no endereço informado, sendo que os mesmos deverão estar carimbados e as-



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

sinados. No caso das Unidades Escolares, as entregas deverão seguir as informações constantes no Anexo X deste Edital.

3.2 - O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada ou detentora protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.3 – As despesas com a entrega do objeto serão por conta da empresa vencedora do certame, devendo enviar carregadores para auxiliar o motorista no descarregamento e conferência do mesmo, bem como emitir uma Nota Fiscal Eletrônica para cada local de entrega referente ao seu respectivo empenho.

3.4 – Não será permitida na entrega, a substituição do objeto ofertado, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.

3.5 - A contratada será responsável por acompanhar o número de fac-símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da(s) autorização(ões) de fornecimento recebida(s).

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 – O serviço da presente licitação será recebido:

4.1.1 – provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.1.2 – definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações contratadas.

4.2 – Será rejeitado no recebimento, o objeto fornecido com especificações diferentes das constantes no ANEXO I e das marcas informadas na PROPOSTA, devendo sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 4.3 abaixo.

4.3 – Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em partes, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contada da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e na Proposta, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contada da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores do presente contrato os Senhores Secretários das respectivas Secretarias requisitantes, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A **CONTRATADA** fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à **CONTRATADA**, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

6.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega e da apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Autorização de Fornecimento, dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.2 - Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

7.3 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da **CONTRATADA**, observada a cláusula 15.3 do Edital.

7.4 - No caso de **CONTRATADA** em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

7.4.1 - No caso de **CONTRATADA** em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

7.5 - A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 7.4 e 7.4.1 assegura ao CONTRANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta das dotações:

nº 02.09.02 – 08.243.0007.2.020/3.3.90.30.00 – Ficha nº 257 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso estadual;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.072/3.3.90.30.00 – Ficha nº 799 – Secretaria de Cultura e Turismo – Recurso próprio;

nº 02.10.01 – 10.122.0048.2.133/3.3.90.30.00 – Ficha nº 380 – Secretaria de Saúde – Recurso próprio;

nº 02.06.00 – 04.122.0014.2.045/3.3.90.30.00 – Ficha nº 147 – Secretaria de Negócios Jurídicos – Recurso próprio;

nº 02.05.00 – 04.122.0053.2.153/3.3.90.30.00 – Ficha nº 115 – Secretaria de Finanças – Recurso próprio;

nº 02.12.00 – 15.452.0037.2.101/3.3.90.30.00 – Ficha nº 645 – Secretaria de Obras – Recurso próprio;

nº 02.13.00 – 17.512.0030.2.084/3.3.90.30.00 – Ficha nº 695 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto – Recurso próprio;

nº 02.09.02 – 08.243.0008.2.023/3.3.90.30.00 – Ficha nº 262 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso federal;

nº 02.16.00 – 18.122.0020.2.054/3.3.90.30.00 – Ficha nº 783 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado – Recurso próprio;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha nº 283 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso próprio;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.163/3.3.90.30.00 – Ficha nº 336 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso federal;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.024/3.3.90.30.00 – Ficha nº 321 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso federal;

nº 02.07.00 – 06.181.0017.2.050/3.3.90.30.00 – Ficha nº 180 – Secretaria de Segurança Pública – Recurso próprio;

nº 02.09.01 – 08.243.0009.2.038/3.3.90.30.00 – Ficha nº 224 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso próprio;

nº 02.09.01 – 08.122.0006.2.006/3.3.90.30.00 – Ficha nº 209 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso próprio;

nº 02.03.00 – 04.122.0057.2.161/3.3.90.30.00 – Ficha nº 73 – Secretaria de Administração – Recurso próprio;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.027/3.3.90.30.00 – Ficha nº 326 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso federal;

nº 02.01.00 – 04.122.0036.2.098/3.3.90.30.00 – Ficha nº 30 – Gabinete do Prefeito e Dependências – Recurso próprio;

nº 02.03.00 – 04.122.0055.2.156/3.3.90.30.00 – Ficha nº 49 – Secretaria de Administração – Recurso próprio;

nº 02.15.00 – 27.812.0019.2.052/3.3.90.30.00 – Ficha nº 769 – Secretaria de Esportes e Lazer – Recurso próprio;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.030/3.3.90.30.00 – Ficha nº 360 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso próprio;



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

nº 02.14.00 – 20.306.0024.2.064/3.3.90.30.00 – Ficha nº 732 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recurso próprio;

nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha nº 532 – Secretaria de Educação – Recurso federal;

nº 02.08.00 – 06.182.0013.2.044/3.3.90.30.00 – Ficha nº 190 – Corpo de Bombeiros e Dependências – Recurso próprio;

nº 02.09.02 – 08.241.0008.2.021/3.3.90.30.00 – Ficha nº 250 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso federal;

nº 02.09.04 – 08.241.0010.2.011/3.3.90.30.00 – Ficha nº 353 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recurso próprio;

nº 02.11.01 – 12.365.0049.2.139/3.3.90.30.00 – Ficha nº 591 – Secretaria de Educação – Recurso federal.

8.2 - Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem dos recursos orçamentários indicados estão indicados na cláusula anterior.

Cláusula 9ª - DAS PENALIDADES E MULTA

9.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude da presente ata de registro de preços sujeitará a Detentora às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente (Lei 8666/93 Art. 86 a 88) e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital, bem como os previstos na Lei nº 12846 de 01 de agosto de 2013.

Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

10.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

10.1.2 - lentidão no fornecimento, levando a Administração a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

10.1.3 - paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

10.1.4 - subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da CONTRATADA a terceiros;

10.1.5 - decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

10.1.6 - ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

10.1.7 - alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

10.1.8 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

10.2 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

10.3 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 11ª - DIVERSOS

11.1 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 - A vigência deste contrato terá início a partir da data da publicação resumida na imprensa oficial, conforme o art 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93. Precedente: acórdão nº400/2010 - Plenário do TCU, pelo prazo de 12 (doze) meses.

11.3- A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

11.4 - A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 – O prazo de garantia e assistência técnica dos mobiliários deverão estar de acordo com o Código do Consumidor, bem como o certificado de garantia que acompanha o móvel.

11.6 - A Prefeitura se reserva o direito de solicitar à contratada o acréscimo ou supressão no fornecimento do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades nos mesmos preços unitários, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 12ª - DO AMPARO LEGAL

12.1 - O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº __/2.019, seus Anexos e Proposta Comercial



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 13ª - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

13.3 - Prefeitura de Birigui, aos ____ de _____ de dois mil e dezenove.

CRISTIANO SALMEIRÃO
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

= TESTEMUNHAS =

RG:

RG: